



SERVENG CIVILSAN S.A. - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

	2024	
	Valor custo Emprestimos e recebíveis do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	745	-
Aplicações financeiras	-	2.301
Contas a receber	203.353	-
Outras contas a receber	1.726	-
Total	211.884	2.301
Passivos financeiros		
Fornecedores	-	14.746
Outras contas a pagar	-	15.047
Total	-	29.792

Aos acionistas e diretores da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia - São Paulo/SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais: Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor independente" das demonstrações contábeis individuais. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitem nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma distorção relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

24.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **25. Eventos Subsequentes:** Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falcí
Contador - CRC 1 SP252875/O-1

São Paulo, 30 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos - Contador CRC 1 SP 181015/O-3

Uso de inteligência artificial na indústria brasileira mais que dobra em dois anos

Adoção da tecnologia salta de 16,9% para 41,9% entre 2022 e 2024 nas indústrias do país, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Já imaginou realizar o inventário de uma empresa com a câmera do celular ou monitorar normas de segurança 24 horas por dia, reduzindo riscos de acidentes? Essas são realidades em indústrias brasileiras que estão adotando inteligência artificial (IA) para automatizar processos, aumentar a eficiência e melhorar a gestão de dados.



Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o percentual de empresas industriais que utilizam IA saltou de 16,9% em 2022 para 41,9% em 2024, refletindo a rápida incorporação da tecnologia nos processos produtivos. Os principais usos são na automação de processos operacionais, integração de sistemas, análise preditiva de dados, geração de relatórios inteligentes e apoio à tomada de decisões em tempo real.

Esse movimento é relevante considerando o impacto que a indústria tem na economia brasileira. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram que o setor industrial res-

ponde por cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e é responsável por aproximadamente 69% das exportações de bens e serviços. O aumento da eficiência industrial tende a fortalecer a competitividade do país e gerar impactos positivos em toda a economia.

"Mais do que automatizar tarefas, a IA permite que as empresas entendam melhor seus dados e tomem decisões com mais rapidez e precisão. Isso impulsiona a operação dos negócios", afirma Bruna Mulinari, fundadora da Dataplai, empresa especializada em projetos de inteligência artificial.

Segundo a empresa curitibana, as indústrias são atualmente os principais consumidores de soluções especializadas em IA, mas não os únicos. O uso dessa tecnologia em áreas como o atendimento ao cliente, por exemplo, também cresceu. "A expectativa é que esse movimento continue em expansão. A tecnologia tem sido incorporada de forma gradual, com diferentes níveis de adoção entre setores e portes de empresas.", reforça Mulinari.

Desafios da adoção da IA nas empresas

Embora a adoção de inteligência artificial esteja

crescendo rapidamente, a pesquisa Panorama 2026 da AMCHAM e Humanizadas revela desafios para sua implementação plena. Mesmo que 59% das empresas considerem a IA uma prioridade estratégica para 2026, 77% ainda não alocam orçamentos significativos para a tecnologia, com 43% investindo menos de 2% de seus recursos anuais. Além disso, a falta de profissionais qualificados e a dificuldade de integrar a IA aos processos empresariais são barreiras significativas.

Apesar disso, as expectativas para 2026 são positivas. Os empresários acreditam que, com o aumento da maturidade da tecnologia e a integração plena nos modelos de negócios, ela se tornará essencial para a competitividade e transformação digital do Brasil. Para especialistas da Dataplai, o sucesso da integração da IA depende de uma estratégia clara sobre seu uso e no investimento de soluções personalizadas para a realidade de cada negócio.

Páscoa pressiona logística e exige revisão de seguros para transporte de cargas sensíveis

Com aumento do fluxo nas rodovias e da circulação de produtos como chocolate, especialista alerta para riscos operacionais e a importância de apólices adequadas no período.

A Páscoa, um dos períodos mais estratégicos para a economia brasileira, também impõe forte pressão sobre a logística e amplia os riscos no transporte de mercadorias. Durante o feriado de 2025, cerca de 5 milhões de veículos circularam pelas rodovias do estado de São Paulo, segundo a Artesp, um indicativo direto do aumento na exposição a acidentes, atrasos e roubos em momentos de alta demanda.

Para 2026, a expectativa é de novo crescimento no consumo, especialmente de produtos sazonais como chocolates, o que intensifica a circulação de cargas e eleva a complexidade das operações. A projeção do setor supermercadista é de alta de até 10% no volume de vendas, impulsionada principalmente por itens típicos da data, como chocolates, pescados e produtos tradicionais do almoço comemorativo, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Supermercados.

"Não se trata apenas de vender mais, mas de garantir que toda a operação esteja protegida. Com mais cargas nas

estradas, cresce também a exposição a falhas logísticas e ocorrências no transporte", afirma João Paulo, especialista em gestão de risco e sócio-diretor da Mundo Seguro, Corretora de Seguros de Carga.

Além do aumento no volume, a natureza da carga exige atenção redobrada: produtos como o chocolate demandam controle rigoroso de temperatura e umidade ao longo de toda a cadeia logística, e pequenas falhas podem comprometer sua qualidade e gerar prejuízos relevantes. Nesse cenário, a adequação das apólices de seguro torna-se essencial, já que o crescimento das entregas, as mudanças de rotas e o maior tempo de exposição ampliam a vulnerabilidade das operações. "O chocolate é altamente sensível. Perdas por derretimento, alteração de qualidade ou falhas no armazenamento podem não estar cobertas se a apólice não for específica", alerta o especialista.

O risco se intensifica com o maior fluxo nas rodovias, ampliando não apenas a probabilidade de acidentes e atrasos, mas também a exposição ao roubo de cargas, um problema recorrente no país que tende a se agravar em datas de grande movimentação.

Outro ponto de atenção está na desatualização das apólices. Muitas

empresas operam com coberturas estruturadas para um cenário padrão, sem considerar as variações sazonais que impactam diretamente o volume, o valor e a dinâmica do transporte.

"Durante picos como a Páscoa, há aumento no valor das mercadorias e na frequência das operações. Sem revisão, a apólice pode se tornar insuficiente ou trazer exclusões que só aparecem no momento do sinistro", explica.

Mudanças comuns nesse período, como contratação de transportadoras terceirizadas, armazenagem temporária e ampliação de rotas, também podem não estar previstas nas condições originais do seguro, ampliando a exposição das empresas.

Entre os pontos que merecem revisão estão cláusulas para produtos sensíveis, cobertura para armazenagem temporária e condições para transporte terceirizado. "Em um cenário de maior pressão logística, empresas que alinham planejamento operacional e proteção securitária conseguem não apenas reduzir perdas financeiras, mas também garantir a continuidade das operações e preservar a confiança do consumidor", conclui João Paulo. Fonte e outras informações: (<https://corretoramundoseguro.com.br/>).

O que empresas brasileiras ganham com a entrada em vigor do Acordo Mercosul-UE

Naíla Aguado Ribeiro Franco (*)

A partir de 1º de maio, entra em vigor provisoriamente o Acordo de Comércio Provisório (Interim Trade Agreement - ITA), que faz parte do acordo mais amplo firmado entre União Europeia e Mercosul

Vale destacar que esse acordo entre os blocos é estruturado em dois instrumentos complementares: o próprio ITA, voltado principalmente a temas tarifários e comerciais, e o Acordo de Parceria (European Union-Mercosur Partnership Agreement - EMPA), que possui escopo mais abrangente, incluindo também aspectos políticos, de desenvolvimento e de cooperação.

Esta última, com capítulos específicos, como o de gênero, e que ainda depende de etapas adicionais de ratificação, especialmente no âmbito da União Europeia. No âmbito do Mercosul, Brasil, Argentina e Uruguai já concluíram os procedimentos internos e formalizaram suas notificações, de modo que a aplicação provisória passa a produzir efeitos de forma coordenada no bloco, enquanto o Paraguai deve formalizar sua notificação em breve. Na prática, o que veremos neste primeiro momento é uma abertura progressiva de mercado.

A chamada 'desgravação tarifária', ou seja, a redução dos impostos de importação ao longo do tempo, ocorrerá de forma escalonada em ambos os blocos, permitindo que as empresas se adaptem ao novo ambiente competitivo. Para o setor privado, há oportunidades relevantes tanto para exportadores quanto para importadores. Empresas brasileiras tendem a ganhar competitividade no mercado europeu, especialmente considerando a vantagem comparativa do Brasil em energia limpa, tanto na exportação de soluções e tecnologias associadas (como equipamentos e projetos ligados à transição energética) quanto no fato de contar com uma matriz energética mais sustentável, o que se reflete diretamente nos processos produtivos e na prestação de serviços, um diferencial relevante diante das rigorosas exigências ambientais e de ESG adotadas pela União Europeia.

Ao mesmo tempo, a redução de custos de insumos e matérias-primas importadas

pode fortalecer cadeias produtivas locais brasileiras. No setor agro, os impactos tendem a ser especialmente relevantes. O acordo amplia o acesso a um mercado exigente e de alto valor agregado, o que pode impulsionar as exportações de produtos centrais da pauta brasileira, especialmente em regiões em que o agro tem papel estratégico, como o Sul do país. Ao mesmo tempo, a maior inserção no mercado europeu tende a reforçar a competitividade do setor e a integração do Brasil às cadeias globais de valor. Por outro lado, será essencial atenção aos requisitos sanitários, fitossanitários, ambientais e de rastreabilidade, que passam a ser ainda mais determinantes nesse tipo de operação.

Nesse contexto, é importante destacar que o próprio governo brasileiro já vem promovendo iniciativas de capacitação para preparar as empresas, com foco justamente em temas como cronograma de desgravação, regras e certificação de origem e adequação às exigências do acordo. Aproveitar esse movimento pode ser um diferencial importante. Mais do que uma mudança imediata, trata-se de um processo de médio e longo prazo, que exige preparação. As empresas devem revisar práticas comerciais e contratuais, compreender as regras aplicáveis e, principalmente, adotar uma postura ativa na busca por novos mercados e parcerias, agora com maior segurança jurídica e previsibilidade.

Por fim, o acordo ganha ainda mais relevância em um cenário internacional marcado por instabilidades geopolíticas. Conflitos recentes, especialmente no Oriente Médio, têm impacto direto sobre preços de energia, logística internacional e custos de produção, afetando cadeias globais de valor. Para o Brasil, embora possam surgir efeitos pontuais positivos em exportações de líquido de petróleo, há também aumento de custos, especialmente pela dependência de insumos importados, como fertilizantes e derivados de petróleo. Nesse contexto, iniciativas que fortalecem o comércio multilateral e ampliam a previsibilidade nas relações econômicas tornam-se ainda mais estratégicas para mitigar riscos e garantir maior estabilidade para as empresas

(*) - É advogada da Andersen Ballão Advocacia.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/EBE5-67CD-E1DA-23C8> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EBE5-67CD-E1DA-23C8



Hash do Documento

E9ECDFCA1794F79E02268C71695F2B498DB88FEDDB7BF71E35F534911E153337

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2026 é(são) :

Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 30/03/2026 22:48 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.

IP: 172.16.4.21

AC: AC Certisign RFB G5

